

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o relatório da administração, a demonstração financeira e o relatório dos auditores independentes referentes às atividades da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam à harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 483/2014, que produziu efeitos a partir de 6 de janeiro de 2014.

Conjuntura Econômica

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível, divulgado em dezembro de 2014) mostrou queda de 0,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2013. Os investimentos recuaram 8,5%, enquanto o consumo das famílias apresentou uma leve expansão de 0,1%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o setor de serviços apresentou uma alta de 0,5%. Já o PIB industrial, pela segunda vez consecutiva, registrou queda de 1,5% no período, e a agropecuária apresentou uma expansão de 0,3%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,4% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro de 2014, ligeiramente abaixo do teto da meta de inflação (que é de 6,5%). Os preços de serviços continuam como a principal fonte de pressão inflacionária. Na reunião realizada em 21 de janeiro de 2015, o Bacen seguiu com o ciclo de alta da taxa de juros, aumentado a taxa Selic em 50 bps para 12,3% a.a. O aumento observado na taxa de juros nos últimos dois anos contribuiu para a

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	1.098.412	886.315
Disponível	4 7.712	9.526
Caixa e Bancos	7.712	9.526
5.a 1.082.137	861.185	861.185
Títulos de Renda Fixa	262.562	293.198
Cotas de Fundos de Investimentos	819.575	567.987
Títulos e Créditos a Receber	8.563	15.604
Títulos e Créditos a Receber	57	68
Créditos Tributários e Previdenciários	8.506	15.536
Ativo não Circulante	987.035	1.248.274
Ativo Realizável a Longo Prazo	852.283	1.113.470
Aplicações	722.762	997.921
Títulos de Renda Fixa	5.a 722.762	997.921
Outras Aplicações	5.d 8.002	8.002
(-) Provisão para Desvalorização	5.d (8.002)	(8.002)
Títulos e Créditos a Receber	129.521	115.549
Créditos Tributários e Previdenciários	6 21.188	20.255
Depósitos Judiciais	7 108.333	95.294
Investimentos	1.631	1.683
Imóveis Destinados à Renda	1.618	1.670
Imóveis Destinados à Renda	2.447	2.447
(-) Depreciação	(829)	(777)
Outros Investimentos	13	13
Outros Investimentos	1.085	1.085
(-) Provisão para Desvalorização	(1.072)	(1.072)
Imobilizado	3	3
Bens Móveis	3	3
(-) Depreciação	(3)	(3)
Intangível	8 133.121	133.121
Ágios de Incorporação	133.121	133.121
Total do Ativo	2.085.447	2.134.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	123.900	24.779	88.796	34.529	-	272.004
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(55.463)	-	(55.463)
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b -	-	(88.795)	-	-	(88.795)
Lucro Líquido	-	-	-	-	85.289	85.289
Destinações:	-	-	-	-	(21.322)	(21.322)
Dividendos	14.b -	-	-	-	(63.967)	(63.967)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	63.967	-	-	63.967
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	(20.934)	-	191.713
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	(20.934)	-	191.713
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.055	-	2.055
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b -	-	(93.678)	-	-	(93.678)
Lucro Líquido	-	-	-	-	88.330	88.330
Destinações:	-	-	-	-	(88.330)	(88.330)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	88.330	-	-	88.330
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	123.900	24.779	58.620	(18.879)	-	188.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), controlada pela Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, é uma Instituição integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam à harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 483/2014, que produziu efeitos a partir de 6 de janeiro de 2014 que trata dos produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela do produto de pagamento Brasil (PM) e do reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 3-1, e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 3-n. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na nota 3-g;
 - Provisão para riscos de créditos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos em detalhes na nota 3-f;
 - Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, ágio e outros ativos intangíveis) são discutidos em detalhes na nota 3-1 e j;
 - A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na nota 3-1 e j;
 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são discutidos em detalhes na nota 3-k;
 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais são discutidos em detalhes na nota 3-1, e
 - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 3-n.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
 - Mudanças nos índices de inflação;
 - Regulamentação governamental e questões fiscais;
 - Processos ou disputas judiciais adversas;
 - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
 - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
 - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

b) Apuração do Resultado

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela do produto de pagamento Brasil (PM) e o reconhecimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de valor.

e) Avaliação de ativos e passivos financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Outros valores e bens" ou se forem referentes a "Caixa e equivalentes de caixa" e "Participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria incluiu os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria incluiu os ativos financeiros não mantidos para negociação mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com bases diversas, seja por que um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

- Estão submetidos em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria incluiu os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Emprestimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não sejam classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Emprestimos e recebíveis: essa categoria incluiu ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

- Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

desaceleração do ritmo de crescimento da carteira de crédito. O estoque de crédito avançou 11,3% nos doze meses encerrados em dezembro de 2014, após ter registrado crescimento de 11,7% em novembro de 2014. O crédito imobiliário, que cresce ao redor de 30,0% continua impulsionando o crédito e superando a taxa de expansão das demais modalidades.

As exportações brasileiras recuaram fortemente em 7,0% no acumulado de 12 meses encerrados em dezembro, somando US\$225,1 bilhões, e as importações registraram queda de 4,4%, atingindo US\$229,0 bilhões. Dessa forma, o saldo da balança comercial apresentou um resultado negativo de US\$3,9 bilhões. O déficit em transações correntes totalizou US\$90,9 bilhões, no acumulado de 12 meses até dezembro, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,5 bilhões.

Nas contas públicas, o fraco ritmo da atividade econômica e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, e o resultado primário acumula apenas 0,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2014. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 5,8% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou 36,2% do PIB ao final de novembro e a dívida bruta alcançou, no mesmo período, 63% do PIB.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização atingiu, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, um lucro líquido no valor de R\$88 milhões (2013 - R\$85 milhões), patrimônio líquido de R\$188 milhões (31 de dezembro de 2013 - R\$192 milhões) e reservas técnicas de capitalização de R\$1.652 milhões (31 de dezembro de 2013 - R\$1.705 milhões).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

Passivo Circulante

Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Contas a Pagar	20.899	31.867
Obrigações a Pagar	324	21.543
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	958	1.103
Impostos e Contribuições	9 17.701	7.415
Outras Contas a Pagar	1 1.915	1.806
Débitos de Operações com Capitalização	11 16.969	17.983
Outros Débitos Operacionais	16.969	17.983
Depósitos de Terceiros	12 79.848	75.576
Provisões Técnicas - Capitalização	13 1.651.771	1.704.554
Provisão para Resgates	1.629.302	1.676.375
Provisão para Sorteio	20.245	25.687
Outras Provisões	2.224	2.492
Outros Débitos	34.304	32.513
Provisões Judiciais	10.b 34.304	32.513
Passivo não Circulante	93.237	80.383
Contas a Pagar	43	763
Tributos Diferidos	21.d 43	763
Outros Débitos	93.194	79.620
Provisões Judiciais	10.b 93.194	79.620
Patrimônio Líquido	14 188.420	191.713
Capital Social	123.900	123.900
Reservas de Lucros	83.399	88.747
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(18.879)	(20.934)
Total do Passivo	2.085.447	2.134.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de Lucros

Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	123.900	24.779	88.796	34.529	-	272.004
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(55.463)	-	(55.463)
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b -	-	(88.795)	-	-	(88.795)
Lucro Líquido	-	-	-	-	85.289	85.289
Destinações:	-	-	-	-	(21.322)	(21.322)
Dividendos	14.b -	-	-	-	(63.967)	(63.967)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	63.967	-	-	63.967
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	(20.934)	-	191.713
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	(20.934)	-	191.713
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.055	-	2.055
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b -	-	(93.678)	-	-	(93.678)
Lucro Líquido	-	-	-	-	88.330	88.330
Destinações:	-	-	-	-	(88.330)	(88.330)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	88.330	-	-	88.330
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	123.900	24.779	58.620	(18.879)	-	188.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de Lucros

Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	123.900	24.779	88.796	34.529	-	272.004
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(55.463)	-	(55.463)
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b -	-	(88.795)	-	-	(88.795)
Lucro Líquido	-	-	-	-	85.289	85.289
Destinações:	-	-	-	-	(21.322)	(21.322)
Dividendos	14.b -	-	-	-	(63.967)	(63.967)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c -	-	63.967	-	-	63.967
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	(20.934)	-	191.713
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	(20.934)	-	191.713
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.055	-	2.055
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b -	-	(93.678)	-	-	(93.678)
Lucro Líquido	-	-	-	-	88.330	88.330
Destinações:	-	-	-	-	(88.330)	(88.330)
Reserva para Equalização de Dividendos	14					

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

31/12/2014			31/12/2013			
Valor de Custo	Valor Mercado	% do Total	Valor de Custo	Valor Mercado	% do Total	
Títulos para Negociação	882.916	882.916	48,9%	567.987	567.987	30,6%
Títulos Privados	882.916	882.916	48,9%	567.987	567.987	30,6%
Letras Financeiras - LF	63.341	63.341	3,5%	-	-	0,0%
Cotas de Fundo de Investimento - Renda Fixa	819.575	819.575	45,4%	-	-	0,0%
Cotas de Fundo de Investimento em Participações - FIP	-	-	0,0%	568.009	568.009	30,6%
Outros (1)	-	-	0,0%	(22)	(22)	0,0%
Títulos Disponíveis para Venda	921.983	921.983	51,1%	1.327.480	1.291.119	69,4%
Títulos Privados	184.548	184.548	10,2%	169.017	168.363	9,1%
Letras Financeiras - LF	184.548	184.548	10,2%	169.017	168.363	9,1%
Títulos Públicos	737.435	737.435	40,9%	1.158.463	1.122.756	60,4%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	440.367	440.367	24,4%	506.474	498.554	26,8%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	0,0%	702	702	0,0%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	297.068	297.068	16,5%	651.287	623.500	33,5%
Total	1.804.899	1.804.899	100,0%	1.895.467	1.859.106	100,0%
Circulante	1.082.137	1.082.137		861.185	861.185	
Não Circulante	722.762	722.762		997.921	997.921	

(1) Refere-se a valores a receber (pagar) dos Fundos de Investimentos Exclusivos. A taxa média dos juros das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2014 era de 9,9% a.a. (em 31 de dezembro de 2013 era de 9,7% a.a.).

b) Composição por Prazo de Vencimento

31/12/2014			31/12/2013		
Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
Títulos para Negociação	819.575	63.341	63.341	882.916	
Títulos Privados	819.575	63.341	63.341	882.916	
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	
Cotas de Fundo de Investimento - Renda Fixa	819.575	-	-	819.575	
Títulos Disponíveis para Venda	199.221	325.661	397.101	921.983	
Títulos Privados	184.548	184.548	184.548	184.548	
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	
Títulos Públicos	14.673	325.661	397.101	737.435	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	256.120	184.247	440.367	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	14.673	69.541	212.854	297.068
Total	819.575	199.221	389.002	397.101	1.804.899

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no Início do Exercício	1.859.106	1.956.895
Aplicações	1.878.675	1.023.190
Vendas/Resgates	(2.127.089)	(1.193.799)
Atualizações Monetárias	194.207	72.820
Saldo no Final do Exercício	1.804.899	1.859.106

As outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais, em títulos de renda fixa e em 31 de dezembro de 2013, totalizavam R\$8.002, para as quais foram constituídas provisões para desvalorização no mesmo valor.

e) Garantia das Provisões Técnicas

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no Início do Exercício	1.859.106	1.956.895
Aplicações	1.878.675	1.023.190
Vendas/Resgates	(2.127.089)	(1.193.799)
Atualizações Monetárias	194.207	72.820
Saldo no Final do Exercício	1.804.899	1.859.106

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas: Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo

	31/12/2014	31/12/2013
Total	1.804.899	1.859.106

Estes valores excedem o limite das provisões técnicas no montante de R\$153.128 (31 de dezembro de 2013 - R\$154.552).

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Santander Capitalização não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2014	31/12/2013
Créditos Tributários (Nota 21.a)	29.694	35.220
PIS e Cofins a Compensar	-	571
Total	29.694	35.791
Circulante	8.506	15.536
Não Circulante	21.188	20.255

7. Depósitos Judiciais

	31/12/2014	31/12/2013
Total	255	233
Cíveis	108.078	95.006
Fiscais	-	55
Outros	145	93
Total	108.333	95.294

8. Intangível

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização no valor líquido de R\$133.121 (31 de dezembro de 2013 - R\$133.121), com vida útil - indefinida. O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outros; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

O teste do valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2014, e baseado nas premissas descritas acima não foi identificada qualquer evidência de perda do valor recuperável em 2013 e 2014.

Principais Premissas

	Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)	5 Anos
Taxa de Crescimento	3,5%
Taxa de Desconto (2)	16,5%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda	12.845	5.472
Contribuição Social	3.710	800
PIS e Cofins	1.146	1.143
Total	17.701	7.415

10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

Provisões Judiciais e Saldos Patrimoniais das Provisões para processos judiciais e administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (1)	127.475	112.112
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	23	21
Ações Cíveis	-	20
Ações Trabalhistas	23	20
Total - Circulante	34.304	32.513
Total	93.194	79.620

(1) Inclui, substancialmente, obrigações legais.

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais, Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	112.112	1
Constituição Líquida de Reversão	15.363	4
Baixas por pagamento	(5)	(261)
Saldo Final	127.475	23
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (1)	86.437	74.207

(1) Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$34.071 (31 de dezembro de 2013 - R\$32.266); pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$93.126 (31 de dezembro de 2013 - R\$79.556): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de seguros privados e de capitalização estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais relacionadas à cobrança de indenizações securitárias, por danos morais, lucros cessantes e danos emergentes.

f) Contingências Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, totalizaram R\$2.512 em 31 de dezembro de 2014 e (31/12/2013 - R\$23.965).

11. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se ao acordo operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outora despesas operacionais. (Nota 22)

12. Depósitos de Terceiros

Registraram os recursos relativos a títulos de capitalização vencidos e não resgatados, os quais se encontram dentro do prazo limite de prescrição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2014	31/12/2013
Total	503	162
De 0 a 30 dias	538	163
De 31 a 60 dias	613	1.417
De 61 a 120 dias	426	2.167
De 121 a 180 dias	12.291	20.337
De 181 a 365 dias	65.477	51.337
Superior a 365 dias	79.848	75.576

13. Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	1.704.554	1.625.144
Constituição	836.847	924.047
Resgates	(987.710)	(938.576)
Atualizações Financeiras (Nota 19)	98.080	93.939
Saldo Final	1.651.771	1.704.554

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é composto por, respectivamente, 64.615 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 20 de março de 2014, foi aprovado o destaque e pagamento de dividendos no montante de R\$28.678, (R\$0.4438 em reais por ação ordinária) com base na reserva para equalização de dividendos.

Em 05 de dezembro de 2014, foi aprovado o destaque e pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$65.000, (R\$1.0060 em reais por ação ordinária).

c) Reserva para Equalização de Dividendos
Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Lucro por ação
O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

e) Patrimônio Líquido Ajustado
O patrimônio líquido ajustado apresenta-se da seguinte forma em 31 de dezembro 2014 e em 31 de dezembro 2013:

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio Líquido	188.420	191.713
Exclusão:		
Ativo Intangível	(133.121)	(133.121)
Patrimônio Líquido Ajustado	55.299	58.592

f) Capital Mínimo Requerido

	31/12/2014	31/12/2013
Capital Base	10.800	10.800
Risco de Crédito	19.459	15.636
Risco Operacional	2.870	2.844
Risco de Subscrição	7.627	11.731
Capital Mínimo Requerido	27.063	26.626
PLA	55.299	58.592
Suficiência	28.236	31.966

O saldo do Capital Adicional Total é um cálculo que utiliza o capital adicional de risco de subscrição, risco operacional e risco de crédito. O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital adicional, utilizado para a análise, conforme RESOLUÇÃO CNSP nº 316/14.

15. Custo de Aquisição

Refere-se, principalmente, a despesas para captação de clientes.

16. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receita com Resgates Antecipados de Títulos	17.479	15.439
Débitos de Operações de Capitalização (1)	(198.216)	(216.397)
Total	(180.737)	(200.948)

(1) Refere-se, principalmente, a pagamento de comissões sobre as vendas de títulos de capitalização.

17. Despesas Administrativas - Diversas

Refere-se, principalmente, a despesas com convênio operacional com o Banco Santander e despesas com doações com instituições culturais.

18. Despesas com Tributos

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Total	14.348	14.205

19. Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receitas Financeiras	198.829	178.168
Títulos de Renda Fixa	191.155	172.665
Outras	7.674	5.503
Despesas Financeiras	(108.427)	(102.168)
Provisões Técnicas (Nota 13)	(98.080)	(93.939)
Impostos e Contribuições	(9.384)	(7.576)
Títulos de Renda Fixa	(308)	(472)
Outras	(655)	(181)
Total	90.402	76.000

20. Resultado Patrimonial

Composto por rendas de aluguéis em 31 de dezembro 2014 no valor de R\$837 (2013 - R\$836), despesas com depreciação de imóveis não de uso